

PARA TOMAR AS RÉDEAS DE NOSSAS PRÓPRIAS VIDAS!

Conselho Editorial

“Melhores ou piores, é o mesmo: a bota que nos pisa é sempre uma bota. Já terão compreendido o que quero dizer: não mudar de senhores, mas sim não ter nenhum”.

(Bertolt Brecht).

“Eu me canso da dança que outros dançam com meus pés”.

(Dança das Mãos, 365).

A presente edição da Revista Enfrentamento aborda a conjuntura brasileira, isto é, as lutas de classes que se manifestam no ano de 2022 no Brasil. A conjuntura brasileira, como será percebido pelos leitores, está perpassada pelas eleições. Sendo assim, esta edição aborda principalmente a democracia, eleições e o voto. Tratar sobre as eleições novamente - pois já as abordamos em edições anteriores - possui um duplo sentido, tanto negativo quanto positivo. No sentido negativo, a necessidade de abordar as eleições significa que a emancipação humana ainda não é uma realidade existente. Já no sentido positivo, isso quer dizer que continuamos lutando, crítica e radicalmente, para que essa emancipação se torne real, uma vez que estamos enfrentando um dos obstáculos que a impede de existir. *Enfrentar ainda é preciso!*

Mas, por que a continuidade da existência das eleições significa a continuidade da dominação do ser humano pelo ser humano? Sabemos que as eleições aparecem, à primeira vista, como forma da população dirigir sua própria vida através da escolha de pessoas de confiança que levarão a cabo seus interesses. Por conseguinte, o processo eleitoral, na aparência, baseia-se em alguns pressupostos: a) os indivíduos não possuem interesses antagônicos entre si, mas, no máximo, interesses semelhantes com algumas oposições; b) só o voto já seria capaz de expressar interesses e escolhas dos indivíduos; c) é possível aos eleitos satisfazerem aos interesses daqueles que votaram neles. No entanto, a aparência nada mais é que a aparência de uma essência; *quer dizer*, a aparência das eleições não corresponde exatamente ao que estas são de fato. Tais pressupostos caem por terra tão logo sejam contrapostos com a realidade.

As eleições apenas fariam sentido se não houvesse *interesses antagônicos* no interior da população. Interesses antagônicos são aqueles que possuem uma relação

inconciliável, pois um é realizado em detrimento radical do outro. Por isso, Marx afirma que a “população” é uma abstração, se não se considerar, por exemplo, as diferenças de classe que a constituem. Na realidade concreta, pelo contrário, existem diferenças fundamentais que devem ser consideradas quando tratamos de uma eleição. Neste sentido, de onde advém esse antagonismo de interesses entre alguns indivíduos? Na sociedade capitalista, há uma *divisão social do trabalho* que origina as classes sociais e, algumas delas, possuem interesses antagônicos em relação a outras. Este é o caso da burguesia e do proletariado - duas classes que se relacionam no processo de produção - sendo que a primeira explora a segunda através da extração de mais-valor. Seria um contrassenso afirmar que é de interesse do proletariado continuar sendo explorado; quer dizer, o interesse do proletariado é deixar de ser uma classe explorada, abolindo as relações de exploração e dominação existentes, o que implica abolir a si mesmo como classe social. Pelo contrário, a classe capitalista tem interesse em manter, expandir e consolidar este processo de exploração. Há, portanto, interesses inconciliáveis entre estas duas classes. Por isto, pode-se dizer que são classes antagônicas.

As eleições não surgem fora da sociedade burguesa a qual acabamos de descrever alguns de seus aspectos fundamentais. Nascem em seu interior, como resultado de suas próprias contradições. As eleições não são uma invenção que brotou genialmente do cérebro dos cientistas políticos, mas são o resultado de um processo histórico perpassado pelas lutas de classes. A democracia (e o processo eleitoral) se desenvolve historicamente e se transforma à medida que também a própria sociedade burguesa se modifica. Não temos condições de analisar isto nos limites deste breve editorial. Contudo, pode-se afirmar que, mesmo sendo conquistas arrancadas da classe dominante, a democracia e o processo eleitoral que o acompanha, são integrados à própria dinâmica de reprodução desta sociedade. Por exemplo, no século XIX, a democracia censitária impedia a participação da classe trabalhadora no processo eleitoral. Com as lutas desta classe, arrancou-se da classe capitalista o direito ao voto. Contudo, à medida que os trabalhadores conquistam tal direito, este é de tal forma regulado e integrado que se torna inofensivo como meio de transformação social.

O que nos leva ao segundo pressuposto: apenas o voto já seria realmente capaz de expressar os interesses de todas as classes? No Brasil, de dois em dois anos, ocorrem

as eleições. E as eleições possuem suas próprias regras. Cada candidato deve obedecer algumas normas para conseguirem se candidatar. E todas essas normas, em seu conjunto, acabam limitando extremamente a possibilidade de participação das classes inferiores no processo eleitoral. No final, é bastante difícil a candidatura de indivíduos das classes inferiores. Aqueles que conseguem se candidatar, por conseguinte, já entram no processo eleitoral com alguns financiadores, apoio partidário etc. João não pode votar no seu vizinho José para ser vereador, pois, para isso, José teria que se filiar em algum partido e este partido o indicar para ser candidato. E, se José, que pertence a alguma classe inferior, se filiasse em algum partido e se candidatasse, isso significaria o abandono - completo ou parcial - de sua classe social de origem. Além disso, para angariar financiadores e o apoio do partido, nenhum candidato pode ter discursos mais radicais, que questionem a dominação e exploração capitalistas. Aqueles que tentam fazer isso - no plano do discurso, pelo menos - acabam recebendo pouco financiamento e, logo, poucos votos. As cartas que nos são apresentadas nas eleições estão marcadas em um jogo cujas regras beneficiam somente a classe dominante, pois foi ela quem as criou. Os candidatos, melhores ou piores, com seus vícios e virtudes, garantem o mesmo resultado: a continuidade da exploração dos capitalistas sobre o proletariado, e da dominação dos capitalistas sobre a sociedade em geral, pois é isto que permite aos candidatos ganharem eleições. Brecht acertou quando disse que a “bota que nos pisa é sempre uma bota. Não mudar de senhores, mas sim não ter nenhum”. Com a intenção de não ter nenhum senhor, a classe trabalhadora precisa romper com o limitante processo eleitoral, pois, por mais “universal” que seja, é demasiado pequeno e débil para a tarefa de abolir as relações de exploração e dominação existentes. É impossível lutar pela emancipação humana através de um processo criado com o propósito de reproduzir a dominação. Da mesma forma, é impossível candidatos forjados com a finalidade de dominar, lutarem pela emancipação humana.

Sendo assim, os candidatos nas eleições se digladiam entre si no intuito de serem os escolhidos para levarem a cabo *apenas* os interesses da classe dominante, mesmo que no plano do discurso possa ser diferente. Contudo, a realização dos interesses da classe dominante através da eleição de candidatos só é uma possibilidade porque estes interesses são coincidentes com os interesses dos próprios candidatos e partidos

políticos aos quais são filiados (isto não quer dizer que não existem oposições e disputas interburocráticas entre partidos, o que, via de regra, expressa também interesses de classe e frações de classe). A divisão social do trabalho produz as classes sociais, mas não produz apenas a burguesia e o proletariado. Esta divisão cria também algumas classes auxiliares que nascem no intuito de reproduzir e legitimar as relações de produção capitalistas. Os candidatos, uma vez eleitos, tornam-se burocratas estatais. Isto é, estão subordinados à própria dinâmica do Estado capitalista, que nada mais é que uma organização burocrática que regula as relações sociais burguesas, preservando-as através do controle e repressão. Existem normas, processos, organizações, fiscalizações etc. que asseguram que nenhum candidato possa expressar outros interesses que não sejam aqueles da reprodução da dominação e exploração da classe burguesa. E - para a negação e dissimulação de alguns progressistas - é interesse dos eleitos colocarem em prática as demandas da burguesia, pois, ao se inserirem na dinâmica estatal capitalista, é criado para estes mesmos eleitos, um modo de vida que é confortável no interior dessa sociedade desumanizada. Entre ser dominado ou auxiliar na dominação, os eleitos escolhem - sem titubear - a segunda opção (mas é óbvio que este interesse é dissimulado por discursos em nome do povo, dos pobres, da nação etc.). Por conseguinte, aqueles que são eleitos possuem duas faces sorridentes: uma sorrindo satisfatoriamente apertando a mão das classes superiores (burguesia, latifundiários, burocracia, intelectualidade etc.); e a outra sorrindo sadicamente apertando a mão das classes inferiores (proletariado, campesinato, lumpemproletariado, trabalhadores domésticos, dos serviços, comércio etc.). O modo de vida de um burocrata que foi eleito é perpassado também pela dissimulação de seus próprios interesses. E isso vale para todos.

A realidade declarada (o discurso), deste modo, não pode corresponder com a realidade concreta, mas a todo momento a realidade concreta se contrapõe à realidade declarada. Toda essa aparência cria uma mistificação que ano após ano se torna mais difícil de se manter mistificada. Assim, cada eleição, de dois em dois anos, se repete simultaneamente, tanto como farsa quanto como tragédia; quer dizer, cada eleição representa a continuidade da dominação (tragédia) travestida como se supostamente houvesse a participação livre e integral da população (farsa). Esta edição da Revista Enfrentamento não pretende desmascarar esta farsa para que o proletariado se

satisfaça com a tragédia, mas, pelo contrário, esta edição revela esta farsa para que o proletariado e os revolucionários lutem contra a tragédia, a fim de se libertarem dos grilhões impostos pela sociedade capitalista. Neste processo eleitoral, mais uma vez, reafirmamos: vote nulo e lute pela autogestão social! Pois a superação desta trágica farsa eleitoral é condição para que o proletariado (com apoio das demais classes inferiores) possa tomar as rédeas de suas próprias vidas!